ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

O ENSINO DE HISTÓRIA E UM TEXTO EM CONTEXTOS: uma leitura sobre o livro "História da Liberdade no Brasil" de Viriato Corrêa

ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y UM CONTEXTO DE TEXTO: lectura acerca del libro "História da Liberdade no Brasil" de Viriato Corrêa

THE TEACHING OF HISTORY AND A TEXT IN CONTEXTS: a reading about the book "História da Liberdade no Brasil" de Viriato Corrêa

Vasni de Almeida[1]
Cristiano Gomes Lopes[2]
Dhiogo Rezende Gomes[3, 4]

RESUMO
Este trabalho tem como foco o ensino de História e a análise do livro *A História da Liberdade no Brasil* de Viriato Corrêa, que em diferentes contextos históricos,

[1]Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá; Professor do curso de História da Universidade Federal do Tocantins – UFT; Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História. E-mail: vasnialmeida@mail.uft.edu.br.
[2] Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; Especialista em Metodologia de Ensino de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: cgomeslopes@bol.com.br.
[3] Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; Especialista em História do Brasil pelo IESF – MA; Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA – Campus Grajaú. E-mail: dhiogo.gomes@ifma.edu.br.
[4] Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Mestrado Profissional em Ensino de História. R. Três, S/N - Jardim do Ypes I, CEP:77500-000,Porto Nacional, TO,Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

a citada obra foi utilizada com finalidades diferentes. O discurso e a narrativa histórica extraídas da fonte em questão, produziu, em três momentos distintos, diferentes reorientações de sentidos, o seu lançamento em 1962, seu uso como tema de enredo de samba pela Salgueiro no carnaval de 1967 e na sua 2ª coedição pelo Instituto Nacional do Livro (INL) em 1974. Além dos contextos culturais e sociais, destaca-se o político na história recente do Brasil, na transição entre a democracia e a ditadura com o advento do golpe civil-militar de 1964. O tema central da nossa reflexão é "luta por liberdade no Brasil", perpassando contextos políticos e históricos, correlacionando repercussões das abordagens no ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Contexto histórico, Discurso histórico, Narrativa histórica.

ABSTRACT

This work focuses on the teaching of History and the analysis of the book The History of Freedom in Brazil by Viriato Corrêa, that in different historical contexts, the mentioned work was used for different purposes. The discourse and historical narrative extracted from the source in question produced, in three distinct moments, different reorientations of meanings, its launching in 1962, its use as theme of samba story by the Salgueiro in the carnival of 1967 and in its second coedition by the National Institute of the Book (INL) in 1974. In addition to the cultural and social contexts, the politician stands out in the recent history of Brazil, in the transition between democracy and dictatorship with the advent of the civil-military coup of 1964. The central theme Of our reflection is "struggle for freedom in Brazil", crossing political and historical contexts, correlating repercussions of the approaches in the teaching of History.

KEYWORDS: History Teaching, Historical context, Historical speech, Historical narrative.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

RESUMEN
Este trabajo se centra en la enseñanza de la historia y el análisis de lo libro Libertad de historia en Brasil de Viriato Correa, que en diferentes contextos históricos, se utilizó el trabajo citado para diferentes propósitos. El discurso y la narrativa histórica extraída de la fuente en cuestión, producido en tres ocasiones diferentes, diferentes reorientaciones de los sentidos, su lanzamiento en 1962, su uso como el tema de samba Salgueiro trama del carnaval 1967 y su segundo co-editado en español por Instituto nacional del libro (INL) en 1974. Además de los contextos culturales y sociales, existe el político en la historia reciente de Brasil, en la transición entre la democracia y la dictadura con el advenimiento del golpe cívico-militar de 1964. el tema central nuestra reflexión es "la libertad luchando en Brasil," que impregna contextos políticos e históricos, efectos de los enfoques de la historia de la enseñanza de la correlación.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la historia, contexto histórico, discurso histórico, narrativa histórica.

Recebido em: 22.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

Introdução

O trabalho do historiador, assim como o ensino de História, necessita do trato direto com as fontes, como ponderam Ferreira e Franco (2013, p. 78), ao afirmarem que "sem fontes, não há Historia". A matéria prima da escrita da história são as fontes e a análise crítica que os historiadores fazem das mesmas, extraindo sentidos e construindo narrativas históricas que irão compor o saber histórico e consequentemente, a forma de se ensinar de se aprender História. Ferreira e Franco (2013, p. 85), salientam que:

> A produção do conhecimento histórico está diretamente ligada ao olhar que o historiador lança sobre os acontecimentos. Assim, diferente de outras disciplinas que têm um objeto de análise preestabelecido, para fazer a História não é possível encontrar fatos históricos espalhados na natureza; eles existem conforme a leitura que o pesquisador faz dos seus documentos. É o historiador que, através do seu exercício de crítica, estabelece, julga o valor ou a irrelevância dos acontecimentos para poder classificar os fatos e, a partir disso, elaborar sua narrativa.

Entre as diferentes formas narrativas, podemos destacar a histórica e a literária. Ambas têm suas peculiaridades, seus distanciamentos e suas aproximações. Aproximam-se quando os temas são relativos a fatos e personagens da história e se distanciam nas estruturas e métodos, que no caso da História, lhes dão caráter científico. Quanto à literatura, o texto faz-se ficcional, porém, podendo ser permeado por informações e dados históricos na formação da trama.

A História, que segundo Marc Bloch é a "ciência dos homens no tempo", ocupa-se das fontes e documentos, bem como da relação destes com determinados tempos, espaços e sujeitos históricos. Buscar o passado tal como ele aconteceu estava no centro das preocupações da História metódica alemã do século XIX, que procurava assegurar a possibilidade dos fatos serem

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

revelados pelas fontes em si mesmas. No entanto, esse método foi criticado pela escola dos *Annales*, movimento de caráter historiográfico surgido nas primeiras décadas do século XX. Essa escola abriu espaços para análises de outras fontes que não a escrita e integrou o oficio do historiador cientista diretamente às fontes que não falavam mais sozinhas, assumindo a interferência dos historiadores em suas operações. É Certeau (1982, p. 66) que nos lembra que "A escrita da história se constrói em função de uma instituição", que é carregada de sentidos e significados onde as subjetividades do historiador estão presentes. Nesse sentido, Rüsen (2007, p. 124) aponta que:

> As fontes são, no entanto, a estrada real empírica para se chegar ao cerne do pensamento histórico, do qual o historiador retorna mais sábio do que as fontes podem torná-lo. Esse ganho de eficiência do pensamento histórico, para além da mera crítica das fontes como meio de extrair informações do passado, dá-se na interpretação.

O trabalho com fontes históricas está intrinsecamente relacionado no ato de ensinar e aprender História, pois cada fonte pode produzir inúmeras interpretações e sentidos, dependendo da forma com que alunos e historiadores extraem e reconstroem seus significados históricos. Essas inferências históricas são aqui encaradas como as relações lógicas entre o entendimento histórico dos sujeitos em relação à análise das fontes (FRONZA, 2007).

A História, a partir dos *Annales*, passou a relacionar-se melhor com a questão da temporalidade. Ao relacionar passado e presente, transformou a História em ciência também do presente, devido ao fato de este ser o tempo do qual partem os problemas históricos. Os *Annales*, dessa forma, afetaram a essência do historicismo, que concebia o conhecimento do passado

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

estritamente e exatamente tal qual ocorreu. O passado não pode ser resgatado, mas reconstruído por meio de métodos utilizados por historiadores. Assim,

> [...] é fundamental rompermos com esse “mito” inicial, preconcebido, e termos consciência de que nunca poderemos alcançar ou “tocar” tal passado – visto que essa narrativa retrata um fato de determinado tempo, em contexto econômico, social e político que jamais poderá ser apreendido, senão via reconstrução (ANDRADE, 2005, p.23).

Por ser uma narrativa histórica, a reconstrução está relacionada à compreensão de que a História é um processo que não pode ser entendido como mera recuperação ou resgate do passado. Definitivamente, a história não pode imitar arqueologia, cuja técnica pode reconstituir um vaso produzido por alguma civilização antiga.

Conforme Rüsen (2011, p. 95), a narrativa histórica:

> É um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. Aqui o tempo é visto como uma ameaça à normalidade das relações humanas, lançando-as para o abismo das incertezas. [...] A História é uma resposta a este desafio: é uma interpretação da experiência ameaçadora do tempo. Ela supera a incerteza ao compreender um padrão significativo no curso do tempo, um padrão que responde às esperanças e às intenções humanas. Este padrão dá um sentido a História. A narrativa é, portanto, o processo de constituição de sentido da experiência do tempo.

O autor defende que a função da História é dar sentido ao tempo vivido por meio da construção da consciência histórica, termo bastante utilizado nos estudos atuais sobre didática da História e ensino de História. Por outro lado, a narrativa histórica difere da literária, pois essa não tem necessidade de justificar o processo de elaboração de “verdades históricas”, ficando livre de métodos que confiram propósitos ou dívidas com a realidade. Andrade (2005, p.23), corrobora que

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

> [...] uma narrativa de cunho literário não tem esse mesmo interesse, esse desejo por chegar perto de um passado para poder existir, ou a fim de justificar-se, uma vez que não irá comprometer-se por tentar reconstruir um passado, na proporção em que sua existência justifica-se em um fato ficcional [...].

Partindo dessas premissas, podemos identificar os diferentes sentidos e interpretações que podem emanar de uma mesma fonte, dependendo é claro, da intencionalidade de quem as utiliza, levando em consideração as influências espaços-temporais, socioculturais vigentes. Assim, ao analisar o livro, *A História da Liberdade no Brasil,* em diferentes contextos temporais, podemos identificar que tanto o discurso quanto à narrativa histórica são repletos de intencionalidades.

Nesse artigo, procuramos apontar as intenções da obra em três momentos distintos: no momento do seu lançamento em 1962; no momento em que serviu de fonte para criação do samba enredo da Escola de Samba Salgueiro, em 1967, e finalmente quando os militares fizeram uso do livro coeditado como manual histórico didático, em 1974. Antes de tratarmos da obra em específico, é importante dar relevo às mudanças pelas quais passaram o ensino de História a partir do período em que os militares assumiram o poder, em 1964.

O ensino de história no contexto histórico da tomada de poder militares e estabelecimento do regime civil-militar (1964-1985).

Segundo Plazza e Priori (2008), o ambiente político educacional do início da década de 1960 se encontrava polarizado. De um lado estava o nacionalismo populista, próximo às ideias socialistas, de outro o conservadorismo moral,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

defensores do liberalismo econômico. Na trilha das mudanças que ocorriam nos cursos de licenciaturas, o ensino superior recebia forte influência da vertente marxista na produção de conhecimento histórico, que valorizava o pensamento reflexivo em detrimento da simples descrição dos fatos e acontecimentos.

Todavia, com a instauração do regime ditatorial em 1964, houve a diminuição do espaço do ensino de História na escola básica e no ensino superior, bem como restrições aos conteúdos filosóficos. Com os acordos estabelecidos entre os técnicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os da Agência Internacional de Desenvolvimento, dos Estados Unidos (USAID), foram extintos os cursos de História e Geografia e estabelecido o curso de Estudos Sociais. Nesse curso, ficava explícita a negatividade dos fundamentos filosóficos e a valorização do contexto social. A natureza tecnicista do ensino da nova disciplina reforçava a ideologia do Estado autoritário. O que já era deficitário na formação do professor se tornou ainda pior, pois o controle dos militares sobre os conteúdos ensinados aumentou o descolamento entre a pesquisa realizada nas universidades e o ensino nas escolas de educação básica. As pesquisas das universidades públicas não chegavam ao ensino em sala de aula, amplamente ocupadas por professores formados nas faculdades privadas.

Plazza e Priore (2008) elencam os seguintes dilemas da educação escolar sob o controle dos militares: aumentar a escolaridade básica sem aumentar a oferta de ensino superior; formar mão de obra qualificada com o menor custo possível; educar um trabalhador destituído de crítica segundo a pressão do ideário da segurança nacional; atender aos interesses dos empresários em educação no que se refere a formação de professores; organizar licenciaturas curtas com carga horária teórica reduzida, inibindo a reflexão crítica.

Nas palavras de Fonseca (2012, p. 18), o governo militar “agia no sentido de controlar e reprimir as opiniões e o pensamento dos cidadãos”, como forma

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

de eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. A tentativa de controle, expressa pela autora, atingiu o ensino de História quando os militares substituíram os cursos de História e Geografia pela disciplina de Estudos Sociais e permitiram a abertura desmedida das licenciaturas curtas. Para Fonseca (2012, p. 25), os cursos de Estudos Sociais:

> [...] formaram uma geração de professores polivalentes, com habilitação para ministrar aulas de História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). Tendo como uma de suas principais características a desvalorização das disciplinas da área das ciências humanas como campo de saberes autônomos, tais cursos apresentavam-nas transfiguradas – as ciências humanas eram transmitidas como um mosaico de conhecimentos gerais e superficiais da realidade social.

A intenção seria descaracterizar o conteúdo político e filosófico dessas disciplinas. Desse modo, o ensino de História, foi sutilmente vinculado "aos princípios norteadores da Educação Moral e Cívica" (FONSECA, 2012, p. 27), com o conceito de moral sendo reduzido às práticas de civismo, com a supervalorização dos grandes vultos nacionais, principalmente nas festividades cívicas do calendário escolar. A disciplina Estudos Sociais, destituída dos conteúdos reflexivos próprios da História, resumia-se em na mera localização e interpretação de dados e datas com base nos métodos das ciências sócias em sua amplitude, desconsiderando as particularidades da História como ciência (FONSECA, 2012)

Com a Lei 5.692, de 1971 e o ensino de História passou a ser conduzido a partir da imposição do programa pensado na perspectiva tecnicista e autoritária, a saber: o controle dos conteúdos; abordagem linear e factual, ou seja, o retorno ao positivismo; a História passa a ser concebida como uma

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

justificativa do processo político, com o retorno do herói patriota, perdendo, assim, a força da reflexão sobre o sujeito comum (PLAZZA; PRIORE, 2008).

Na década de 1980, quando houve a substituição do governo militar pelo civil, o ensino de História continuou impregnado pelo processo político. Mesmo com a abertura democrática, a História a ser ensinada demorou a encontrar o caminho que a levasse a tratar novamente as questões que envolviam diferentes atores sociais, como as lutas por moradias, terra, direitos trabalhistas, direitos humanos, entre outros.

Na década de 1990, a disciplina de História levou um novo choque com a adoção das propostas neoliberais em educação. Em razão do aumento da carga-horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (em função das habilidades necessárias nessas áreas requeridas pelo mercado) suas aulas semanais foram reduzidas, lembra Fonseca (2003, p. 26). Essas foram também as décadas que marcaram o aumento da influência dos pressupostos teóricos e abordagens da “Nova História no Ensino de História”.

Lembremos que a disciplina História voltou a compor o currículo das escolas de 1º. e 2º. graus na segunda metade da década de 1970, quando as mudanças propostas do governo militar para essas etapas de ensino se revelaram verdadeiros fiascos. A influência da “História Nova” se revelou na defesa da não linearidade, na formação da consciência crítica, na negatividade do marxismo e do positivismo e no combate à cronologia. O caráter filosófico no ensino de História voltou a se manifestar nos chamados “eixos-temáticos” e a construção do mundo do cidadão passou novamente e ter centralidade.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

O autor e suas obras.

Vale lembrar que o texto que utilizamos para percorrer as percepções de ensino de História de Viriato Corrêa foi, de forma bastante clara, estudado por Angela de Castro Gomes e Vanessa Matheus Cavalvante, sob o título *História da Liberdade no Brasil, ou quando uma história acaba em samba* (2009), no qual as autoras dão ênfase às qualidades do autor e sua vasta obra. As autoras analisam a obra no contexto das publicações para o ensino da infância no período, por meio de abordagens que exprimem bem os novos procedimentos na escrita da História, que vão além dos paradigmas positivistas ou estruturalistas. Como contribuição a essa temática, estamos interessados em analisar e refletir sobre o uso da mesma obra, tratando-a na perspectiva do ensino de História em momentos e por agentes contextuais distintos, com intencionalidades diferentes.

Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho, nascido em Pirapema-Ma, em 1884, se tornou advogado, foi também político, jornalista e escritor. No oficio das letras, veio a se tornar um dos mais lidos escritores de crônicas históricas e obras de literatura infantil, sagrando-se em 1938, um imortal da Academia Brasileira de Letras, devido ao inquestionável sucesso de seu livro *Cazuza.* Em sua trajetória política, Viriato Corrêa foi Deputado Estadual (1911) e Deputado Federal (1927) pelo Maranhão, chegou a ser preso na Revolução de 1930. Afastou-se da política e intensificou seu potencial literário ao jornalismo e a literatura, escrevendo temas e crônicas históricas, porém, seu maior sucesso foi com obras destinadas ao público infantil (PINTO, 1966).

Cavalcante (2012, p.2), sobre Viriato Corrêa, diz que

> Sua obra, como a de muitos intelectuais contemporâneos seus, tem como características marcantes a utilização de temáticas relacionadas ao Brasil e a seus costumes e tradições, sendo sua escrita marcada por

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

> uma linguagem simples e didática. Uma "pedagogia da nacionalidade", como esse estilo de expressão é nomeado por vários estudiosos do período. Em outras palavras, Viriato tinha como diretriz e objetivo explícitos, como seu dever de literato, escrever de forma mais clara possível, a fim de atingir o maior número de pessoas, tendo sempre suas produções temáticas ligadas ao Brasil e à sua história.

A narrativa histórica estava sempre presente em seus escritos e pedagogicamente, alinhava-se ao contexto escolar vigente, tanto que muitas de suas obras acabavam sendo adotadas nas escolas como manuais de história. O autor, e seus livros, entravam nas instituições escolares com consentimento dos órgãos oficiais da educação da época, como o Ministério da Educação. Explorava o lúdico com recursos visuais para tornar seus livros mais atraentes e assim, ensinar História de uma forma mais interessante para as crianças. Justificando sua opção em escrever história para o público infantil, Corrêa (1957, p.11) afirma:

> Às crianças só interessa o que é vistoso. [...] Na história, mesmo na da Carochinha, o que lhes fere a imaginação é o lado aparatoso. O aspecto filosófico produz-lhes enfado e sono. Neste livro, procura-se dar às crianças apenas a superfície vistosa da história brasileira. Nada de filosofia. Nada de profundos aspectos históricos que lhes possam causar bocejos.

Vários foram seus livros infantis que tinham cunho histórico, tais como: *Contos da História do Brasil* (1921); *História do Brasil para crianças* (1934); *Meu Torrão: contos da Historia Pátria (1935); As belas histórias da História do Brasil (1948)* e *História da Liberdade no Brasil* (1962) o qual este artigo trata. Este último livro, em 1967, transformou-se em tema de enredo da Escola de Samba Salgueiro, do Rio de Janeiro, o mesmo ano da morte de Viriato Corrêa, então com 83 anos.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

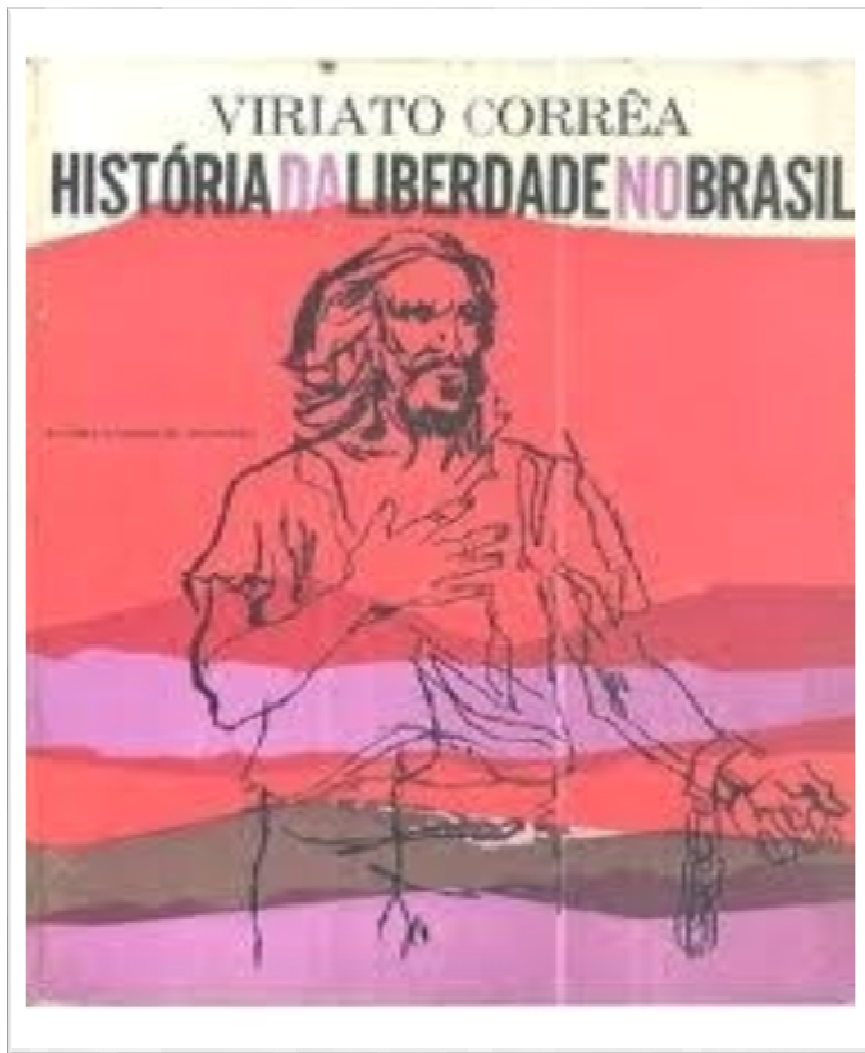
O momento do lançamento da obra, em 1962.

Em 1962, o Brasil se encontrava sob o regime parlamentarista, com João Goulart como presidente em exercício, devido a renuncia de Jânio Quadros em menos de um ano de mandato. Contexto de uma crise política que teve como saída à intervenção militar no cenário político nacional, sendo o país temporariamente presidido por uma junta. O cenário nacional era tenso e em 1963, o povo brasileiro, por meio de um plebiscito, escolheu o modelo presidencialista para reger o país, com Jango assumindo efetivamente seus poderes de chefe de estado e de governo.

Em 1962, nesse contexto conturbado de conspirações que o livro *A História da Liberdade no Brasil* foi publicado pela Editora Civilização Brasileira. O seu teor cívico-patriótico o coloca como pertencente à concepção de "história como mestra da vida". Sua abordagem explicita a história-memória da nação, assentada numa narrativa que sintetiza vários episódios, nos quais a busca da liberdade fez-se o combustível social dos acontecimentos históricos, ocorridos fora e principalmente dentro do Brasil, até a consolidação da República no final do século XIX.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

Figura 1. Capa da 1ª edição em 1962

Disponível em: www.estantevirtual.com.br/b/viriato-correa/historia-da-liberdade-no-brasil/2377214327

Entre 1962 e 1967, houve na história política do Brasil, não somente uma mudança de regime político, da democracia para ditadura, mas de uma

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

conjuntura socioeconômica e cultural que foi sedimentada ao longo dos 21 anos do regime civil-militar. Para uma obra literária cujo tema central é a heroica "liberdade do povo brasileiro", nada mais paradoxal, se tratando de mais um dos momentos da história do Brasil marcado pela ameaça a democracia e falta de liberdade. A obra se insere não apenas como uma literatura baseada em fatos e personagens históricos do Brasil, mas como representativa e simbólica do bem que é a liberdade para um povo, um país que na década de 1960 mergulha em tempos sombrios, onde a liberdade existe ficcionalmente, nas letras de um livro ou de um samba.

Corrêa lançou o livro num período de transição entre a democracia oscilante e um período de fechamento do regime e criação de um estado de exceção. Um país instável e em crise, que na transição de JK para Jânio Quadros se locomovia entre o respeito à vontade popular nas urnas e os interesses de forças políticas e econômicas, civis e militares que se opunham às reformas populistas. Os antagonismos internos e externos no contexto da Guerra Fria levaram a remoção de Jango e sua substituição pelos militares Castelo Branco e Costa e Silva (FICO, 2015). O livro de Viriato Corrêa, portanto, veio ao público brasileiro em pleno embate político em torno dos rumos do estado brasileiro. Reis (2014, p.12), define que "Perdeu-se um tipo de República na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação. Ganhou-se uma ditadura que se radicalizaria com o tempo".

O livro de Viriato Corrêa, foi bem vendido e, portanto, conhecido tanto entre seu público alvo, o infanto-juvenil como também o adulto. A obra tinha elementos universais engendrados ao tema também universal, a "liberdade", e por isso, flexível a contextos distintos quanto à situação política e os discursos oficiais. A defesa da liberdade poderia ser bandeira tanto dos entusiastas do governo Jango como posteriormente, dos militares. Temos que lembrar que os

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

miliares não queriam se passar como ditadores, mas sim como "defensores da democracia" e contra a possibilidade de uma "ditadura de esquerda". Sendo assim, emergiram-se justificativas para o golpe, que até hoje compõem a luta de memórias entre "vítimas e algozes" do período ditatorial. Houve mesmo a narrativa de que a ação dos militares se tratou de uma "revolução militar" e não de um movimento golpista. Neste conflito de memórias, Reis (2014, p.13) aponta que cabe ao historiador, "[...] romper as amarras da 'história vigiada', do senso comum e das memórias estabelecidas".

História da Liberdade no Brasil foi lançado, assim, no contexto de uma democracia instável, em 1962, desdobrando-se em tema de samba enredo no carnaval carioca de 1967, no interior de uma "ditadura escancarada" como define Elio Gaspari (2002). Contou com uma 2ª edição em 1974, no início do processo de abertura da ditadura, que se manteria até a revogação do AI-5 e com a eleição indireta de um presidente civil, em 1985. Há quem entenda que o regime foi finalizado apenas em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal.

Os usos da obra alimentam mais ainda o seu caráter da memória em seu processo de enquadramento histórico diante de referências e evidências (REIS, 2014), onde a liberdade democrática no Brasil não deixa de ser eixo de análise. Assim, o livro de Corrêa, suas leituras e leitores, fizeram-se em "contextos distintos, que evidenciavam práticas de leitura e de apropriação de um mesmo texto por autores políticos bem diversos, para fins muito diferenciados" (GOMES; CAVALCANTE, 2009, p. 129-130).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

O momento em que o livro vira tema de enredo de escola de samba.

De 1964 a 1967, o Brasil transitava entre o primeiro presidente militar, Marechal Castelo Branco e o seu sucessor, General Costa e Silva. Desde o golpe, os homens da caserna insistiam que não houvera um golpe, mas uma revolução, apoiando-se na narrativa do não rompimento da democracia, com a tomada do poder sendo justificada pela necessidade de proteção e continuidade do "governo do povo". Pelas mãos das forças militares se garantiria a Segurança Nacional. É o que trata Rezende (2013, p. 1) quando explana que,

> Desde os primeiros momentos após o golpe de 1964, o regime tentava conseguir adesão ao seu projeto de organização social insistindo, arduamente, em que seus desígnios e ações estavam fundados no objetivo de instaurar o que ele denominava de "verdadeira democracia" no país. As pressuposições em torno desta democracia perpassaram todo o regime militar, inclusive nos momentos mais repressores como, por exemplo, de 1968 a 1973.

Nesta transição de contextos, houve um processo de enquadramento, por meio da censura e perseguição política, momento em que os militares transmitiam a população a ideia de que a democracia seguia seu caminho, mudando-se apenas de presidente, de civil para militar. Essa versão calou fundo no brasileiro comum, o "analfabeto político", bem ilustrado no poema de Bertold Brecht. O cidadão comum estava pretenso a acreditar nos discursos das instituições governamentais, ainda mais quando as vozes eram emitidas pelo exército nacional, o mesmo que iniciou o período republicano, em 1889. Todavia, essa não seria a reedição da citação de Aristides Lobo, que José Murilo de Carvalho (1987, p.9), enfocou ao tratar da Proclamação da República - a de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

que o povo “[...] assistira a tudo bestializado”. Por mais que uma parcela da sociedade tenha dado aval ao golpe e outra pouca tenha compreendido do ocorrido, havia setores sociais que, mesmo sob censura e violência, reagiram ao golpe dado, seja na produção literária ou musical, seja na artística em geral.

Assim, o livro de Viriato Corrêa versava atrativamente sobre liberdade, numa viagem pela história nacional em seus séculos. Em suas narrativas estão presentes a luta pela independência de Portugal, a abolição da escravidão e a proclamação da República. Viriato Corrêa escreveu, em 15 capítulos, a busca intensa do povo por sua libertação em diversos movimentos, descritos pelo autor como episódios históricos. Para Gomes e Cavalcante,

> [...] Cada um deles narra episódios relevantes da história brasileira, na visão do autor, para demonstrar o amor à liberdade e a busca incessante por ela ao longo do tempo. Por essa razão, Viriato Corrêa, com o claro objetivo de exaltar a pátria, reúne uma espécie de conjunto de diferentes movimentos, que são por ele entendidos como “libertação”, não importando se, à sua época, tiveram êxito ou não. [...] (2009. p. 143).

O sentimento cívico e patriótico, caro aos militares, estava implicitamente presente na temática da liberdade. No entanto, o enredo da Escola de Samba Salgueiro, sem as críticas diretas e claras à ditadura, pode bem significar a ideia de que a liberdade tinha sido mantida. Tratando-se de discursos, onde o dito e o não-dito importam (ORLANDI, 2007), na avenida pública da folia do carnaval, a ausência de dizeres sobre a liberdade poderia servir como confirmação do discurso dos militares como defensores da democracia, tanto que o cotidiano cultural e popular não estava interrompido, continuado simbolicamente na alegria do carnaval de 1967.

Mas havia sempre o receio de que os militares interpretassem o uso do termo liberdade como uma afronta. Todavia, o enredo foi literalmente escrito,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

cantado e desenvolvido na avenida, mesmo que a diretoria da escola de samba temesse, desde os ensaios até o dia do desfile, a intervenção do governo militar, fato que não se consumou. Na hipótese do referido enredo de carnaval, ter se mantido e executado na avenida como tentativa de uma ação política de seus organizadores, os militares não atentaram, não houve censura e demais problemas junto a escola de samba (GOMES; CAVALCANTE, 2009).

Figura 3. Letra do enredo da escola de samba do salgueiro no carnaval de 1967.

HISTÓRIA DA LIBERDADE NO BRASIL

Quem por acaso folhear a História do Brasil
Verá um povo cheio de esperança
Desde criança,
Lutando para ser livre varonil.
O nobre Amadeu Ribeiro,
O homem que não quis ser rei,
O Manoel, o Bequimão,
Que no Maranhão
Fez aquilo tudo que ele fez.
Nos Palmares,
Zumbi, o grande herói,
Chefia o povo a lutar
Só para um dia alcançar
Liberdade.
Quem não se lembra
Do combate aos Emboabas
E da chacina dos Mascates,
Do amor que identifica
O herói de Vila Rica.
Na Bahia são os alfaiates,
Escrevem com destemor,
Com sangue, suor e dor

A mensagem que encerra o destino
De um bom menino.
Tiradentes, Tiradentes,
O herói inconfidente, inconfidente,
Domingos José Martins
Abraçam o mesmo ideal.
E veio o "Fico" triunfal
Contrariando toda a força em Portugal.
Era a liberdade que surgia,
Engatinhando a cada dia,
Até que o nosso Imperador
A Independência proclamou.
Ô-ô, oba, lá-rá-iá, lá-rá-iá-iá
Oba, lá-rá-iá, lá-rá-iá!
Frei Caneca, mas um bravo que partiu,
Em seguida veio o 7 de abril,
No dia 13 de maio
Negro deixou de ter senhor,
Graças à Princesa Isabel,
Que aboliu com a Lei Áurea
O cativeiro tão cruel.
Liberdade, Liberdade afinal,
Deodoro acenou,
Está chegando a hora,
E assim quando a aurora raiou,
Proclamando a República,
O povo aclamou

Fonte: http://www.vagalume.com.br/salgueiro/samba-enredo-1967.html#ixzz3CbTRxJZm

A letra remete às chacinas e lutas por liberdade, mas também glorifica os heróis nacionais, tratamento muito valorizado no discurso cívico e patriótico dos militares. Isso pode explicar o fato do enredo não criar maiores problemas. Na maior festa nacional e popular brasileira, o carnaval, a multidão em sua maioria estava lá para prestigiar a Salgueiro na apresentação do *Samba da Liberdade*. Uma parte representativa e simbólica do povo carioca estava na

avenida dançando, em passos e cores. Poucos dentre os participantes, entretanto, tinham condições de analisar politicamente o que seria a liberdade naquele período momesco de 1967, pois ainda no final desse ano os militares impuseram o Ato Institucional n. 5, o maior instrumento de repressão às liberdades. Devido a fatores como censura da mídia e da liberdade de expressão, bem como a perseguição política, seria improvável que a massa conseguisse distinguir entre "festa" e os sangramentos que ocorriam nos porões da ditadura.

O momento da coedição da obra pelo Instituto Nacional do Livro.

O panorama político e econômico que permeou o início do governo do General Ernesto Geisel, em 1974, marcava o fim da euforia com o "milagre econômico brasileiro". Os altos índices de desenvolvimento do produto interno bruto já começavam a dar sinais de queda. Mesmo que internamente a crise não fosse sentida, externamente, os sinais críticos de uma economia em frangalhos foram realçados com a crise do petróleo, de 1973 (LUNA; KLEIN, 2014). A partir de 1975, em meio a alta inflacionária e a carestia, inaugurava-se o processo de redemocratização, que segundo o próprio regime, deveria ser lento, gradual e seguro (FICO, 2015).

Muitos setores da sociedade civil e política, inclusive os que apoiaram o golpe civil-militar em 1964, já não estavam satisfeitos com a economia em crise e seus índices negativos. Aos poucos os apoiadores do regime foram percebendo que o desenvolvimento de 1969-1973 foi realizado à custa de endividamento público, do arrocho salarial, da repressão e anulação sindical, como também do aumento das desigualdades sociais (LUNA; KLEIN, 2014). As lutas operárias do ABC, as greves dos professores de escolas básicas paulistas e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

mineiras, as greves dos trabalhadores rurais assalariados, a anistia aos exilados foram fatores importantes para o enfraquecimento e consequentemente para abertura controlada e freada do regime. Todavia, a repressão às críticas e aos movimentos subversivos continuaram, pois o AI-5 só foi abolido em 1978. É nesse cenário que, em 1974, o livro *História da Liberdade no Brasil* é coeditado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), com a produção de mais de 20 mil cópias distribuídas para as escolas do ensino de primeiro grau, hoje ensino fundamental.

Desde o início da década de 1970, o Instituto Nacional do Livro executava o Programa de Coedição de livros, no qual o INL podia exercer um efetivo controle sob o mercado livreiro, selecionando obras que estivessem identificadas com a ideologia do regime militar. Estabeleciam-se assim, convênios com empresas privadas, barateando a produção de determinadas obras e censurando outras que fossem consideradas subversivas em ralação ao ideário da ditadura. Nas palavras de Oiticica (1997, p. 151), "Estado podia agora, sob o regime de coedição, acender ainda na fonte à linha editorial das empresas, atraindo para o INL, com a isca do subsídio, a produção contemporânea e controlando a circulação de ideias com maior eficácia".

O INL, durante toda década de 1970, foi alçado à condição de órgão que promoveria o direito ao patrocínio e de censura às obras que eram submetidas a sua avaliação. O MEC concentrava programas de incentivos que convergissem com a ideia de integração nacional, pagando um volume alto de recursos públicos á iniciativa privada e controlando, por meio da censura e do corte de investimento no financiamento, as editoras e as edições (OTERO, 2003).

Assim, pode-se observar uma concentração do papel do INL, no qual o Estado limita efetivamente a iniciativa editorial, subsidiando e apoiando o setor privado. Este procedimento quanto ao controle do mercado editorial é

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

exemplar dos projetos econômicos do regime civil-militar no seu plano desenvolvimentista que em muitas áreas beneficiava os setores privados (LUNA; KLEIN, 2014). Na parceria público-privada, estava a contrapartida de interesses que se faziam na manutenção rígida da capacidade de administração política e ideológica do Estado.

Desta feita, entende-se que a reedição do livro *A Historia da Liberdade no Brasil*, ocorreu na ambiguidade do regime civil-militar, pois ela pode ter sido tanto compreendida como matéria prima de um discurso libertador e denunciante das ameaças às liberdades do período, quanto de apologia aos fatos e heróis importantes para a manutenção simbólica do regime, a mesma ambiguidade verificada à época de enredo de samba do Salgueiro, em 1967. Ao ser coeditado pelo INL e distribuído nas escolas públicas primárias, os mesmos sentidos de liberdade fundada no civismo patriótico, destacados por Fonseca (2012), foram valorizados nos anos finais da ditadura. Os militares se aproveitaram do livro para fazerem exaltação de uma pátria livre de ameaças à unidade e à liberdade, na perspectiva conservadora.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

Figura 2. Capa da edição coeditada em 1974

Fonte: extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico/salgueiro-foi-primeiro-cantar-liberdade-em-tempos-de-ditadura-7334028.html

Certeau (1982) aponta que o peso da influência da instituição e o lugar social dos indivíduos dão os rumos na operação e construção do discurso histórico. Assim, o livro reeditado após a morte de Viriato Corrêa já não lhe pertencia. Fugidio do peso simbólico da sua autoria, serviu como um instrumento do Estado brasileiro, que encontrou nas esferas educacionais

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

espaços de imposições e reproduções de seus discursos, via materiais didáticos. A escola pública, ao receber os livros reeditados de Corrêa, atuaram como um aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1980), espraiando ideias de um país livre na ótica de um regime que se instituía como defensor das liberdades, liberdades essas condicionadas à segurança nacional e do controle rígido da ordem e da população.

Considerações finais

No artigo procuramos expor a ideia de que diferentes fontes podem ser utilizadas na construção dos discursos históricos e principalmente, a de que uma mesma fonte pode ser utilizada de diferentes formas, dando distintos sentidos no resultado de sua análise. O poder que as fontes possuem em possibilitar vários sentidos e interpretações resultam do trabalho e da intencionalidade de quem opera, produz e legitima o discurso histórico, no nosso caso, a obra de Viriato Corrêa.

A história pode ser invenção, ao passo que é verossimilhante. As memórias assim como a história são processos, constructos que, diante da sociedade em tempos e espaços distintos, através das forças dominantes correlacionadas com diversos agentes e sujeitos históricos em seus papeis de contraditório e resistência aos domínios da história oficial, oferecem reviravoltas às narrativas sobre um determinado tempo e espaço.

A verdade, como um tema caro e universal a humanidade, pode servir a diversos projetos narrativos de histórias que se deseja por forças políticas firmar. Um livro, seja ficcional ou científico, pode pelo seu caráter linguístico, portanto interpretativo, ser moldado ou adaptado a ideais e verdades históricas. Um notório caso é o que se vê através da hermenêutica ou exegese, a exemplos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

de textos religiosos, sendo possível através de um idêntico texto, criar e recriar uma enorme diversidade de doutrinas, filosofias, orientações de práxis em espaços e tempos diversos, por sujeitos e grupos sociais igualmente diferentes.

Um historiador ou um literato, ao criar histórias e discursos, permite aos seus textos ganharem o mundo, chegando a uma infinidade de pessoas, redimensionando-os em outras reproduções, nem sempre como copias dos originais. Há assim, como no processo da memória, um processo de seleção e descarte de pontos, ideias, conceitos de qualquer texto e ressignificação diante dos contextos presentes.

Viriato Corrêa que em vida, quando do lançamento do seu livro em 1962, que tanto fala de "Liberdade" e antes do golpe de 1964, era um autor com uma postura de oposição a regimes autoritários, segundo sua biografia. Este livro, bem depois de sua morte, em 1974, teve uma 2ª coedição pelo Instituto Nacional do Livro, sendo usado justamente por um governo supressor das liberdades. Talvez em vida, Viriato não tivesse noção de que o regime que iniciara pouco antes da sua morte em 1967, continuaria uma ditadura de mais de duas décadas e com sua obra ainda usada na formação de crianças, na perspectiva cívica do regime ditatorial.

Os escritos, as ideias ganham outras vidas, donos e rumos, queiram ou não queiram seus autores, ainda mais quando estes já não se encontram mais no plano físico, mesmo sendo, ironicamente, Viriato Corrêa um imortal da Academia Brasileira de Letras. Eternas mesmo, foram suas histórias, que serviram a contextos diferentes, em projetos de país diferentes entre as décadas de 1960 e 1970. A exemplo de *História da Liberdade no Brasil* que sobreviveu, uma entre tantas obras que ainda hoje são objetos de análise para a construção de um texto acadêmico como este, que por sua vez poderá ter os mesmos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

caminhos dentro ou fora do meio acadêmico, dando continuidade aos circuitos das reapropriações intelectuais.

Referências

ANDRADE, Lilian Gonçalves de. **Narrativa histórica e narrativa literária: Pontos e contrapontos.** Biblos, Rio Grande, 2005. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1600.pdf Acesso em: 28 de outubro de 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado.** Lisboa: Presença Martins Fontes, 1980. Tradução de: Joaquim José de Moura Ramos.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTE, Vanessa Matheus. **O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro.** 2012. 154 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

CAVALCANTE, Vanessa Matheus; GOMES, Ângela de Castro. **"História da liberdade no Brasil ou quando uma história acaba em samba".** In: Helenice Aparecida. Bastos rocha; Luís Reznik; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). A história na escola: autores, livros e leituras. A história na escola: autores, livros e leituras.
1ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, v. 1, p. 125-150.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORRÊA, Viriato. **Contos da Historia do Brasil**. Rio de janeiro: A. J. de Castilho Editor, 1921.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

_________. **Alcovas da História (cantinhos, escaninhos e recessos da vida histórica do Brasil).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1934.

_________. **História do Brasil para crianças**. 21ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

FERREIRA, Marieta de Moraes. FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados.** 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_________. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

FRONZA, Marcelo. **O significado das histórias em quadrinhos na educação histórica dos jovens que estudam no ensino médio.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GASPARI , Elio. **A ditadura escancarada**. São Pualo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro e CAVALCANTE, Vanessa Matheus. História da Liberdade no Brasil, ou quando uma história acaba em samba. IN: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, RESNIK, Luís e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). **A História na Escola. Rio de Janeiro:** Editora FGV, 2009.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p309

Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

OITICICA, Ricardo Bezerra da Rosa. **Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasílica dos Rejeitados.** Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, Campinas –SP: 2007.

OTERO, Maria Mercedes Dias. **Censura de Livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978.** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O Ensino de História durante a Ditadura Militar**. Congresso UEM, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf Acesso em: 19/11/2016.

PINTO, G. Hércules. **Viriato Corrêa** (a modo de biografia). Rio de Janeiro: Editora Alba Ltda. 1966.

REZENDE. Maria José. **A ditadura militar no brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984.** Editora UDEL. Londrina, 2013.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: teoria da História II – os princípios da pesquisa histórica.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_________ **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Org. Maria Auxiliadora Schmidt; Isabel Barca; Estevão Rezende Martins – Curitiba: Ed. UFPR, 2011.